



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8945 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

O REORDENAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL

BRASILEIRO: Um caso, o Grupo UNIESP (2005 à 2015)

Tarcisio Pereira - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

O REORDENAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL

BRASILEIRO: Um caso, o Grupo UNIESP (2005 à 2015)

RESUMO: Este texto pretende discutir e analisar, por meio de resultados de pesquisa doutoral, realizada no Programa de Pós-Graduação em educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - FAED/UFMS, o processo de reordenamento do ensino superior privado-mercantil no Brasil no período de 2005 a 2015. Para tanto, investigou o Grupo Uniesp que apesar de suas inúmeras irregularidades expandiu seus negócios tornando uma das instituições de ensino superior com maior rentabilidade no setor. Nesse cenário, a mercantilização da educação, empreendido nas últimas décadas no quadro político-econômico neoliberal da mundialização do capital e da reestruturação do Estado, tem convergido para a desqualificação do trabalho docente e das relações de trabalho, bem como para a descaracterização do processo de formação acadêmica dos estudantes que estão inseridos no setor privado-mercantil.

Palavras-chave: Ensino Superior Privado. Capital. Estado. Políticas.

INTRODUÇÃO

No início dos anos 2000 um 'novo' fenômeno de expansão, por meio de processos de fusões e aquisições, se iniciou no setor do ensino superior privado-mercantil brasileiro[1].

Para Bittar (2001) é neste período que instalou-se no país uma competição entre as Instituições de Ensino Superior Privadas (IESPs):

Há uma guerra explícita, sobretudo entre as maiores universidades, que procuram abocanhar parcelas cada vez maiores de jovens à procura de um curso superior. Essa competição se revela com maior ênfase no segmento das instituições privadas empresariais/comerciais, ou privadas *stricto sensu*, isto é, aquelas pertencentes a famílias, grupos empresariais, ou um único proprietário, para quem o ensino é fonte de lucro. (BITTAR, 2001, p. 24).

É notório lembrar que as IESPs surgiram para complementar a educação superior pública brasileira, no entanto, a partir dos anos 2000 predominam em quantidade e número de estudantes[2]. Ainda que tal processo vem sendo implementado no país desde os anos 1970 este fenômeno, no entanto, foi impulsionado pelas políticas econômicas neoliberais, adotadas na década de 1990, que têm como princípio o livre mercado e a privatização. Compreende-se, dessa forma, que as mudanças pelas quais vem passando a educação superior no Brasil

atendem aos interesses de “um movimento mais amplo de mudanças na economia e na reconfiguração do Estado” (SGUISSARDI, 2009, p. 19).

É importante observar que em meio a esse contexto, o Estado brasileiro vem assumindo a função de agente regulador do movimento empresarial: “por meio de subsídios, de infraestrutura e uma série de outras intervenções e regulamentações, o Estado assegura subserviente aos interesses do capital monopolista” (BEHRING, 2011, p. 51).

Em meio a esse processo, os organismos financeiros nacionais e internacionais atuam na articulação das seguintes estratégias: por um lado, disseminam a ideia de uma educação para todos, por meio de reformas da máquina estatal; por outro, impõem politicamente tais medidas via formulação de métodos e diretrizes. Essas medidas passaram a servir como importante moeda de troca, estimulando as relações de mercado por meio do aparelhamento do Estado.

Neste contexto, este texto pretende discutir e analisar, o processo de reordenamento do ensino superior privado-mercantil no Brasil no período de 2005 a 2015. Para tanto, investigou o Grupo Uniesp[3] que em 2005[4] iniciou suas atividades na modalidade de ensino superior privado. A problemática aqui desenvolvida levanta questões como: quais foram as mudanças no cenário político-econômico brasileiro que favoreceram a expansão deste setor? E quais estratégias e articulações utilizadas pelo Uniesp para expandir seus negócios pelo país?

METODOLOGIA

A investigação se desenvolveu por meio de análise documental sobre o percurso histórico da empresa – Uniesp, suas articulações com o movimento de expansão do ensino superior privado-mercantil no país e as políticas educacionais implantadas pelo Estado brasileiro no período supra citado. Com a delimitação do objeto, algumas unidades de ensino mantidas pelo Uniesp foram selecionadas como *lócus* da pesquisa: uma lotada no interior do estado de São Paulo e duas na capital paulista. Realizada essa etapa, passou-se a executar entrevistas semiestruturadas com dirigentes e ex-dirigentes, docentes e funcionários das unidades escolhidas.

Foi necessário também aportar a pesquisa aos princípios metodológicos do materialismo dialético procurando uma compreensão mais aprofundada sobre os mais variados elementos relacionados ao setor de ensino superior privado-mercantil.

A dialética, segundo Marx (1996), fundamenta-se no movimento do mundo exterior quanto e no movimento do pensamento humano. O grande desafio dessa prática metodológica é trazer para o plano racional a dialética do real.

Neste processo a adoção do materialismo dialético possibilitou ampliar a visão da realidade concreta e trazer à tona elementos, na maioria das vezes invisibilizados no ensino superior privado-mercantil.

ANÁLISES

O Grupo Uniesp até 2015, possuía 18 polos de ensino que ofertavam cursos de graduação, nas modalidades de ensino presencial e à distância, em 10 estados brasileiros, sendo 9 polos compondo um total de 26 instituições, distribuídos nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, Tocantins e Rio de Janeiro. E outros 9 polos com 70 instituições, concentrados no Estado de São Paulo. Ao todo, os polos somavam um total de 96 instituições.

A pesquisa constatou que a prioridade do grupo era a aquisição de IES isoladas de caráter familiar ou comunitárias e logo após a compra havia um processo de reorganização nos cursos; remanejamento de pessoal, barateamento da força de trabalho, demissões sumárias e intensificação do trabalho docente e não-docente.

As mudanças nas condições de trabalho, transformadas com a alteração administrativa que passou, de acordo com os entrevistados, de uma gestão “democrática” para uma “centralizadora”; diminuiu significativamente o quadro de professores e funcionários das unidades de ensino adquiridas; os docentes e funcionários mantidos tiveram que se submeter: a superlotação das salas de aula, a formação de turmas multisseriadas e a mais tarefas laborais.

Observou-se que a empresa buscava “desengajar-se, investir e desinvestir, aglutinar e subcontratar (terceirização), implantar-se e desenraizar-se, conforme os ventos favoráveis (ou não) de cada contexto e oportunidade” (MELLO, 1999, p. 218).

Na medida em que esse processo de reajustes internos iam acontecendo a proporção de acadêmicos aumentou significativamente, já que o período foi marcado pelo “melhor momento” da destinação de recursos públicos às instituições de ensino superior privadas pelo governo federal. E a alavanca deste crescimento no número de matrículas no Uniesp foi o Financiamento Estudantil – FIES[5].

Questão está constatada na pesquisa por meio de programas como: “Uniesp paga” que foi criado para atrair alunos desempregados e sem fonte de renda. Através desse programa, a instituição propunha o pagamento da mensalidade do aluno que prestasse serviço voluntário nas IES mantidas pelo Uniesp mas a contrapartida era aderir ao FIES em seu nome[6].

Cabe notar ainda que o perfil de alunos atendidos pelo grupo Uniesp era majoritariamente de baixa renda (classe trabalhadora) que dependia exclusivamente do FIES para manter seus estudos. Compreende-se, dessa maneira, que o financiamento estudantil representa uma opção viável para o ingresso desse público na educação superior, no entanto, este recurso, ajudou muito mais os capitalistas do setor privado.

Com os recursos advindos do FIES várias estratégias foram estabelecidas pelo Uniesp dentre as quais: convênios com governos estaduais e municipais, sindicatos, associações comerciais, ONGs e igrejas[7] (evangélicas e católicas).

É inegável que o FIES foi o grande filão da expansão deste grupo e de outras empresas deste setor, em 2012, o Uniesp atingiu a marca de 78 mil alunos pagantes, via FIES.

Interessante destacar que, não havia inadimplência relacionada ao pagamento de mensalidades, pois aproximadamente 90% dos alunos do grupo eram atendidos pelo FIES.

Cabe retomar a reflexão marxista a respeito da educação que, sob o modo de produção capitalista, passa a ser categorizada como uma mercadoria. Nessa perspectiva, o ensino tem seu valor expresso em dinheiro que, reinvestido pela empresa, deve gerar mais capital. De acordo com a lógica capitalista, não há diferença entre o investimento aplicado em uma fábrica de ensino e o realizado em uma fábrica de salsicha, da mesma forma que não há importância na configuração do produto do trabalho: seja aula ou salsicha, ambos funcionam apenas como suportes do mais-valor extraído e apropriado pelo capitalista.

Evidencia-se, portanto, o estreitamento das relações entre o Uniesp com o capital financeiro e seu peso econômico com substancial ajuda estatal.

Sob o discurso de “democratização do acesso”, o Estado brasileiro articulou a eliminação das fronteiras entre o público e privado, “a compra de vagas públicas em instituições privadas, fazendo com que a formação da classe trabalhadora se dê em instituições nas quais impera a lógica do lucro e do ensino massificado” (QUEIROZ, 2015, p. 45).

CONCLUSÕES

Este trabalho, constatou que o reordenamento do ensino superior privado-mercantil brasileiro, a partir da investigação de um grupo, o Uniesp, pôs em movimento as leis do capital neste setor, sobretudo uma proposta de acumulação de capital com aportes de fundos públicos do Estado.

Se o ensino superior privado conheceu no Brasil, uma fase de implementação nos anos 1970, na década de 1990 esse setor iniciou o seu momento de dinamismo, legitimado e protegido por um leque de medidas jurídico-normativas, especialmente pela Lei de Diretrizes e Bases da educação de 1996, a partir de 2005, complementarmente, inicia-se outro movimento, pautado nos processos de fusões e aquisições de empresas educacionais e conseqüente intensificação da expansão e a formação de monopólios e oligopólios educacionais com inserção no mercado financeiro por meio do setor bancário e do capital especulativo (bolsa de valores).

Os resultados da pesquisa evidenciam que o Uniesp, como as demais IESPs brasileiras lucrativas com participação de fundos de investimentos privados e públicos, não estão no mercado para oferecer educação de qualidade e nem se encontram preocupadas com a formação dos indivíduos. Encontram-se, sim, oferecendo uma mercadoria (*commodity*). Portanto, competem pelos preços das mensalidades e utilizam os aparelhamentos do setor empresarial e estatais.

Neste sentido, o grupo Uniesp se configurou apenas como a ponta do *iceberg* de um processo financeiro muito maior ocorrido nas últimas décadas que se configurou num projeto de educação para o país: privatista e mercadológico.

Assim, a expansão significativa desse setor promoveu a ascensão à modalidade de concentração monopólica e a migração dos recursos acumulados para outros setores da economia e/ou da educação.

Diante desse processo, cabe à sociedade manter a vigilância epistemológica e acompanhar esse movimento do capital sob a perspectiva anticapitalista. Ou seja, a sociedade deve agir de modo a desvelar o sistema do capital e a sua lógica contrária aos interesses dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTAR, M. O ensino superior privado no Brasil e a formação do segmento das universidades comunitárias. **Avaliação, Campinas, UNISO**, v. 6, n. 2 (20), p. 33-42, jun. 2001.

HARVEY. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP Boitempo Editorial, 2011.

INEP [INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA]. **Sinopse Estatística do Ensino Superior 2005–2018**. Brasília: Inep, 2019.

Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 16 fev. 2020

QUEIROZ, Viviane. **Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): uma nova versão do CREDUC**. Educação Pública: confronto e perspectiva. Cadernos ANDES-SN, fevereiro de 2015.

MARX, K. e Engels, F. **O manifesto do partido comunista**. Bauru-SP: EDIPRO, 1996

MELLO, Alex Fiuza de. **Marx e a globalização**. São Paulo. Boitempo Editorial. Outubro de 1999.

OLIVEIRA, Romualdo P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educ. Soc.** vol.30 nº.108 Campinas Oct. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300006. Acesso em: 13/02/2021.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade Brasileira no Século XXI – Desafios do Presente**. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

[1] De acordo com Oliveira (2009, p. 744) houve a primeira aquisição de uma IESP brasileira por um grupo internacional, “quando a Universidade Anhembi-Morumbi foi comprada pelo grupo americano *Laureate*”.

[2] Segundo dados de matrículas da Sinopse Estatística da Educação Superior do INEP, o setor privado respondia, em 2005, por 3.260.967 matrículas e, em 2018, o número dobrou para 6.373.274. Ou seja, as matrículas se concentram, predominantemente, no setor privado, o qual respondeu por 75% do total delas.

[3] O Uniesp, denominada contratualmente como Instituto Educacional do Estado de São Paulo-IESP, constituiu-se como uma associação de direito privado, voltada para o oferecimento de ensino superior.

[4] Embora haja um documento registrando a fundação do grupo na data de 8 de maio de 2000, na cidade de Presidente Epitácio-SP (interior do Estado de São Paulo) é a partir de 2005, quando a instituição transferiu sua sede para a capital paulista que seu processo de expansão foi efetivamente iniciado.

[5] Segundo o Relatório de Gestão do Exercício de 2015 do SISFIES (MEC), o custo do Fies alcançou R\$ 16,58 bilhões, em investimentos diretos.

[6] De acordo com o Jornal Estadão edição de 03/06/2020 “a Justiça Federal de São Paulo bloqueou R\$ 2 bilhões do grupo Uniesp, por fraudes envolvendo o pagamento de parcelas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A decisão foi tomada no âmbito de ação civil pública do Ministério público Federal para ressarcir prejuízos à União pelo programa "Uniesp Paga". A proposta atraiu quase 50 mil estudantes do grupo Uniesp/Universidade Brasil ao garantir o pagamento das mensalidades do Fies em troca de requisitos como trabalho voluntário. No entanto, mais de 30 mil alunos foram excluídos do programa sem aviso prévio, e passaram a ser cobrados pelo financiamento estudantil que acreditavam estar sendo pago pela instituição. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2020/06/03/justica-federal-bloqueia-r-2-bi-de-diretores-da-uniesp-por-fraudes-no-fies.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 24/04/2021.

[7] Em um convênio encontrado, a empresa afirma se comprometer a repassar 10% do valor de cada contrato firmado com os alunos indicados pela entidade que aderissem ao Fies.